

Luta de classes na Venezuela contemporânea: avanços, limites e contradições do processo bolivariano

Danilo Spinola Caruso*

Resumo: O artigo apresenta as conclusões centrais de pesquisa de doutorado sobre a Venezuela contemporânea, realizada entre os anos 2013 e 2016. Com base em referenciais teóricos marxistas, busca-se caracterizar o processo bolivariano a partir da análise da luta de classes neste país, na virada do século. Apresenta-se uma caracterização do governo Chávez e dos problemas da transição, nas condições sociais concretas da Venezuela. Também se analisa o campo político chavista e suas contradições fundamentais – particularmente aquela que se impôs entre os movimentos de base e a cúpula do Estado – assim como alguns dos limites para a transição ao socialismo, nos marcos da proposta bolivariana e da dinâmica da luta de classes no país. Dá-se especial atenção à questão da burocracia, tanto no âmbito do Estado quanto também no movimento sindical. Ao final, espera-se que o artigo contribua para a compreensão da crise atual do governo de Nicolás Maduro; dos fatores que, nos últimos anos, causaram um retrocesso nas transformações progressistas que até então vinham ocorrendo no país; e dos caminhos possíveis para uma retomada da iniciativa dos trabalhadores na construção de uma sociedade mais justa e livre.

Palavras-chave: Revolução Bolivariana; Venezuela; Chavismo

Class struggle in contemporary Venezuela: advances, limits and contradictions of the bolivarian process

Abstract: The article presents the main conclusions of doctoral research on contemporary Venezuela, carried out between the years 2013 and 2016. Based on theoretical Marxist references, the aim is to characterize the Bolivarian process from the analysis of the class struggle in this country at the turn of the century XX to century XXI. It presents a characterization of the Chavez government and the problems of the transition, in the concrete social conditions of Venezuela. It also analyzes the *chavist* political field and its fundamental contradictions – particularly that which has been imposed between grassroots movements and the state leadership – as well as some of the limits to the transition to socialism, within the framework of the Bolivarian proposal and the dynamics of the struggle for democracy. Particular attention is paid to the question of bureaucracy, both within the state and in the trade union movement. In the end, the article is expected to contribute to the understanding of the current crisis of Nicolás Maduro's government; the factors that, in recent years, have caused a regression in the progressive transformations that until then had been taking place in the country; and the possible ways for a resumption of workers' initiative in building a more just and free society.

Keywords: Bolivarian Revolution; Venezuela; *Chavismo*

* Professor IFRJ.

Este artigo visa apresentar algumas conclusões fundamentais de nossa pesquisa sobre a *Revolução Bolivariana*, realizada na Venezuela entre os anos de 2013 e 2016. Nossa proposta foi a de analisar a sociedade venezuelana em transformação a partir das determinações impostas pelo seu movimento concreto, dado pela *luta de classes*. Nossa abordagem foi reestruturada repetidas vezes, confrontando e reformulando nossas hipóteses iniciais, abandonando algumas delas sempre que em desacordo com as evidências colhidas no trabalho de campo e na discussão bibliográfica. De nosso ponto de vista, o necessário acúmulo dado pelos processos revolucionários anteriores não se traduz em *dogmas* irretocáveis, capazes de conduzir triunfalmente os trabalhadores à sua emancipação. Por isso, não partimos de certos *modelos apriorísticos* de revolução, supostamente aplicáveis a qualquer realidade nacional e a qualquer tempo; de nosso ponto de vista, a *forma* como cada revolução enfrenta as contradições do capital será sempre herdeira das lutas do passado, mas também prisioneira das condições sociais concretas do presente.

No caso do processo bolivariano, é importante deixar claro alguns elementos centrais. Ele se inicia em uma conjuntura marcada pelo triunfalismo do capitalismo neoliberal, após o colapso do Leste Europeu; uma época em que a bandeira do socialismo parecia ter sido definitivamente derrotada; um mundo unipolar, dominado por uma superpotência irradiadora de uma visão-de-mundo que abertamente caracteriza a si mesma como um *pensamento único* – isto é, como a “única alternativa possível” (neste sentido, difere-se enormemente de outras experiências revolucionárias latino-americanas – como Cuba ou Chile – que se deram no contexto da Guerra Fria). Também é necessário ter presente que o processo bolivariano só pode ser compreendido a partir das contradições específicas da sociedade venezuelana. É claro que há características comuns a qualquer outro país da periferia do capitalismo; mas há elementos fundamentais que são muito singulares, e por isso é impossível compreender o processo bolivariano sem mergulhar na história pregressa da Venezuela. A própria fundamentação teórica da análise depende da caracterização correta das condições históricas da sociedade venezuelana. Assim, se se parte do referencial gramsciano (como é nosso caso), é fundamental verificar, por exemplo, se a Venezuela contemporânea pode ser caracterizada como uma sociedade de tipo *Ocidental*; ou se existiu, ao longo do processo bolivariano, um organismo capaz de cumprir as necessárias funções do *partido revolucionário*, nos termos gramscianos; dentre outros aspectos.

Outra questão que precisa ser corretamente identificada são os *sujeitos históricos* fundamentais do processo. E aqui é necessário realizar uma importante diferenciação: o governo de Hugo Rafael Chávez Frías constitui elemento central de nosso tema, mas de forma alguma o define por si só; o *chavismo* é parte e, ao mesmo tempo, produto do processo bolivariano como um todo, isto é, do conjunto de transformações recentes na Venezuela, dado pela dinâmica da luta de classes. Para nós, a aliança fundamental que constituiu a força impulsionadora da Revolução Bolivariana foi formada pela aliança entre, de um lado, as frações mais precarizadas dos trabalhadores – que se organizavam em movimentos sociais comunitários quase sempre de alcance local e independentes entre si, e que geralmente se empregava no setor de serviços, em condições de maior ou menor informalidade – e, de outro, as baixas patentes militares, que apresentaram uma forma organizativa de tipo centralizado e piramidal, tendo no topo da estrutura o comando de Hugo Chávez Frías. O protagonismo desses sujeitos históricos se manifestou concretamente nos primórdios do processo bolivariano, através da insurreição popular do *Caracazo*, em 1989, e na sublevação militar do *4 de Febrero*, em 1992¹.

É essencial ressaltar também a heterogeneidade que marcou as forças políticas em disputa. É claro que a oposição fundamental residiu na disputa entre *chavistas* e

¹ Em fevereiro de 1989, em reação às medidas recessivas decorrentes do pacote neoliberal instaurado pelo governo Carlos Andrés Pérez (1989-1992), milhões de trabalhadores venezuelanos promoveram protestos que redundaram em uma insurreição popular massiva, conhecida como *Caracazo*, que durou aproximadamente uma semana e foi marcada por depredações, saques, bloqueios de ruas e enfrentamentos com a polícia e as Forças Armadas, resultando num saldo de milhares de mortos. Tal processo – quase unanimemente considerado o marco inicial da Revolução Bolivariana – foi relativamente espontâneo, não sendo *dirigido* por nenhuma das principais forças políticas do país; contudo, as formas organizativas dos trabalhadores mais precarizados (baseadas fundamentalmente nos movimentos comunitários locais) tiveram um papel importante, iniciando dessa data em diante um novo período de lutas no qual os trabalhadores precarizados intensificaram sua organização pela base e sua ação política direta nas ruas. Pouco depois, em 4 de fevereiro de 1992, militares organizados no *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200* (MBR-200), liderados por Hugo Chávez, buscaram tomar o poder através de uma ação militar direta, que no entanto foi derrotada pelo governo; a derrota militar da sublevação, porém, resultou em uma vitória política, levando Chávez a se tornar, nos anos subsequentes, a principal liderança política do país.

É importante salientar que há um *parentesco* entre ambos os processos, já apontado pela bibliografia sobre o tema. Segundo Roland Denis, importante militante social da Venezuela (que participou ativamente dos movimentos comunitários surgidos nos anos 1980 e, posteriormente, chegou a fazer parte do governo Chávez), há pontos em comum entre o Caracazo e o 4 de Febrero: “*Hasta cierto punto y por todos los testimonios ya revelados, el movimiento insurgente que encabeza Hugo Chávez en el 92 no es más que la versión militar de la misma historia. Lo cual no tiene nada de descabellado ni de asombroso ya que los puentes entre el movimiento revolucionario y el cuerpo militar que tuvieron lugar en principios de los años sesenta, al igual que en el mundo civil, siguieron su curso, adoptando características muy distintas de acuerdo a las épocas, pero cruzados con la misma voluntad de enfrentamiento y beligerancia originales. Podemos decir por tanto que el chavismo, y en concreto la historia del MBR.200, no es más que la historia de un grupo más de los tantos bolsones de resistencia que quedaron marginados y encerrados en sus propias utopías liberadoras.*” (DENIS, 2001: 36)

antichavistas; mas nenhum desses dois campos se constituiu como um todo monolítico. Particularmente, é preciso atentar para as muitas diferenças existentes nas fileiras revolucionárias (dentro e fora do governo), e para o fato de que alguns atores importantes (movimentos sociais; correntes políticas; lideranças individuais; etc) modificaram ao longo do tempo suas concepções prévias e mesmo o horizonte de objetivos que pretendiam alcançar. Ao longo do processo bolivariano, jamais se estabeleceu uma ortodoxia que delimitasse claramente as fronteiras que separavam os revolucionários dos não-revolucionários. O processo foi se agudizando gradativamente e assumindo um caráter anti-capitalista, que não estava dado desde o princípio; dali em diante, diferentes concepções de socialismo digladiaram-se no interior do campo chavista, cada uma implicando em diferentes estratégias de transição.

Tal disputa se *materializou* em diferentes grupos específicos no interior do campo bolivariano, que disputaram a direção do processo ao mesmo tempo em que enfrentaram a oposição antichavista. À medida que novas relações de poder se estabeleceram no país, derivadas dos confrontos que se sucederam, emergiram grupos “chavistas” que, desde suas posições no interior dos aparelhos de Estado, passaram a agir em função da acomodação do processo bolivariano nos marcos do capital. Neste sentido, nossa análise apontou para o um entrelaçamento de forças que envolveu fundamentalmente três elementos: i) as forças da oposição antichavista que, comprometidas com a *agenda* neoliberal, tentaram interromper o processo bolivariano pela força ou, pelo menos, limitar o exercício da democracia às formas tradicionais de representação política, consagradas pelo pensamento liberal e institucionalizadas na maior parte das repúblicas ditas “democráticas” do sistema capitalista; ii) os setores à esquerda que apoiaram o chavismo, e que se organizaram pela base tanto entre as frações mais precarizadas da classe trabalhadora (no campo e nas cidades) quanto no operariado industrial e nas baixas patentes militares; e iii) um setor também ligado ao chavismo, porém formado por militares de mais alta patente e grupos de origem sindical que se apoiaram no processo bolivariano para ascender a posições de poder no Estado, a partir das quais enfrentaram tanto a esquerda bolivariana quanto a direita liberal. Em comum, o primeiro e o último desses elementos apresentam a disposição de perpetuar as formas dependentes e altamente exploratórias do capitalismo rentista venezuelano, baseadas na perpetuação das trocas desiguais com o mercado mundial, sustentadas economicamente pelo saqueio das riquezas naturais do país, em benefício de poucos.

Retomando os dois questionamentos que fizemos anteriormente, a respeito da caracterização de nosso objeto segundo os conceitos gramscianos, podemos dizer que a Venezuela apresenta características compósitas de sociedades *Orientais* e *Ocidentais*.² Desde o início da exploração petrolífera e do estabelecimento do Estado petroleiro-rentista, grande parte da população sempre se viu excluída da participação (mesmo que mais ou menos *passiva*) em formas associativas da sociedade civil. O caráter de *enclave* da indústria do petróleo, parcamente articulado com o restante das atividades econômicas do país, permitiu que, por muitas décadas, a sociedade civil venezuelana incluísse apenas uma parcela da população que, de uma forma ou de outra, esteve mais próxima da atividade petrolífera e/ou das demais atividades econômicas *irrigadas* com os recursos oriundos do petróleo. Embora as parcelas mais precarizadas da classe trabalhadora desenvolvessem formas organizativas locais próprias, que também incidiam nas disputas políticas, de maneira geral as massas pauperizadas se reproduziam de forma quase *paralela* em relação à parcela politicamente mais ativa da população, raramente participando das eleições e sendo relegada ao esquecimento nas favelas e periferias das cidades, na quase total ausência de serviços públicos. A reprodução do modelo só foi possível mediante a ação coercitiva do Estado contra os grupos subalternos, associada à políticas assistencialistas e toda uma gama de subsídios, sempre sustentados pela renda petrolífera.

Além disso, as especificidades da Venezuela como país petroleiro-rentista fizeram com que o Estado sempre apresentasse um papel econômico semelhante ao esperado em sociedades *orientais*. Isso porque toda a acumulação e até mesmo a reprodução física da sociedade, grosso modo, é mais ou menos dependente de um único setor controlado por ele – isto é, o setor petrolífero.³ Além disso, se analisarmos a

² Nas palavras de Gramsci, “no Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma relação apropriada e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional.” (GRAMSCI, 2000: 262). É preciso atentar para o fato de que Antonio Gramsci é “um marxista que recusa a fossilização dos conceitos ou sua imposição à realidade histórica”; além disso, os pares conceituais empregados por ele – tais como Ocidente e Oriente; sociedade civil e sociedade política; consenso e coerção; direção e domínio; dentre outros – jamais se apresentam como “mutuamente excludentes” (MATTOS, 2009: 78). Portanto, mais correto seria dizer que, nas díades de Gramsci, um termo pressupõe a existência do outro, e a questão principal, a ser avaliada empiricamente, é a *proporção* entre eles, o *peso* de cada um numa dada situação concreta.

³ A definitiva centralização política da Venezuela (país assolado por múltiplas guerras civis oligárquicas por todo o século XIX) se confundiu com o início da exploração do petróleo, na medida em que somente o Estado poderia, em tese representando o conjunto da população, determinar a forma como as reservas petrolíferas do país deveriam ser exploradas. Neste sentido, o Estado ocupou na economia venezuelana

dicotomia coerção-consenso na história do país, verificaremos que há um inegável peso maior do primeiro componente – não só nos períodos ditatoriais como também durante a chamada *democracia puntofijista* (1958-1998), que na prática era um sistema bastante fechado à participação popular e muito autoritário. Se a prevalência da coerção não é suficiente para afirmar o caráter *oriental* de uma sociedade (dado que muitas democracias de tipo *ocidental* também apresentam elevados níveis coercitivos, e o consenso pode servir justamente para legitimar a coerção), ao menos indica uma dificuldade relativa dos Aparelhos Privados de Hegemonia (APH)⁴ em formular consensos fortes o suficiente para prescindir da aberta repressão de Estado.

Por outro lado, a própria indústria petrolífera, até por seu caráter abertamente predatório, sempre se preocupou com a questão da formulação de consensos mínimos no campo cultural. De forma até pioneira (no contexto latino-americano) realizou grandes esforços de Relações Públicas, com investimentos nas áreas de publicidade & propaganda, imprensa escrita, programas educacionais, programas de TV, promoção de artistas e escritores, etc, sempre buscando difundir uma visão-de-mundo compatível com a manutenção da estrutura socioeconômica petroleiro-rentista (SALAS, 2014). No último quarto do século XX, já sob a vigência da *democracia puntofijista*, houve um aumento da associatividade na sociedade civil venezuelana, com o surgimento de APHs de todo tipo: associações empresariais, clubes, mídia, *think-tanks*, ONG's, etc. Além disso, cresceu a imensa rede de clientelismos que emanava do Estado – capitaneada por burocratas, deputados, *alcaldes*, sindicalistas, lideranças partidárias, etc – que de alguma maneira integrou cada vez mais as camadas pauperizadas ao debate político nacional (mesmo que a abstenção eleitoral desses setores continuasse relativamente alta, se comparada às camadas médias). No auge do sistema *puntofijista*, houve uma significativa melhora no padrão de vida dos trabalhadores – em termos de índices de

um papel relativamente distinto daquele verificado em outros países do continente, já que o principal produto de exportação e a própria atividade produtiva exportadora não estava sob controle direto das oligarquias agrárias, mas sim do Estado. Tal característica do Estado venezuelano é apontada por inúmeros autores, como CORONIL (2014), RANGEL (1972), dentre outros.

⁴ Como é comum na obra de Antonio Gramsci, o conceito de Aparelhos Privados de Hegemonia não foi rigidamente definido. Dadas as condições nas quais ele escreveu sua principal obra (os Cadernos do Cárcere), vários de seus conceitos estão, por assim dizer, *espalhados* ao longo de seus escritos, e foi a tradição gramsciana posterior a responsável por sistematizá-los e sintetizá-los. No caso dos APH's, podemos definí-los como os organismos sociais “privados” da sociedade civil, voltadas à propagação de idéias e conformação de visões-de-mundo compatíveis com os interesses das frações de classe que o controlam. São “privados” no sentido que se mantêm relativamente autônomos em relação ao Estado *stricto sensu*, e porque a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva; contudo, tornam-se parte do “Estado Ampliado”, na medida em que são parte integrante das relações de poder da sociedade, formulando consensos que orientam – sempre conforme os interesses de classe – a ação dos aparelhos estatais e as políticas públicas em geral.

escolaridade, serviços de saúde, expectativa de vida, serviços públicos, redução da mortalidade infantil, etc – o que angariou apoio popular ao regime e, portanto, certo nível de consenso. Tanto as frações burguesas dominantes quanto a burocracia sindical passaram a participar da elaboração das políticas de Estado, através de suas principais formas organizativas. Além disso, a burguesia também passou a buscar, através de seus Aparelhos Privados de Hegemonia, romper gradualmente o isolamento em relação aos setores mais marginalizados da população, propondo ações comunitárias junto às favelas e periferias das grandes cidades, com fins de angariar consenso para seus projetos de poder.

Houve, portanto, certa *ampliação do Estado* e desenvolvimento da sociedade civil organizada. Porém, esse processo se deu paralelamente ao fechamento do debate público mais importante da sociedade venezuelana – a saber, a captação e distribuição da renda petrolífera. Na verdade, foi *justamente neste sentido* que se orientaram os APH's da burguesia venezuelana: legitimar que as decisões referentes à indústria petrolífera fossem exclusividade da tecnoburocracia da PDVSA, apresentada como a única capaz de tomar as decisões mais “corretas” para todos (por uma questão de “meritocracia”, “saber técnico”, etc). Dentre os momentos-chave desse *encapsulamento* do debate público sobre a indústria petrolífera, destaca-se a própria “nacionalização” do petróleo, promovida nos anos 1970 (que, na prática, acarretou um isolamento das decisões relativas ao petróleo, e não a democratização do debate⁵), e a chamada “abertura petrolífera”, iniciada nos anos 1990, quando as frações dominantes aderiram à ideologia neoliberal privatista. A possibilidade de privatização da PDVSA, ao final do século XX, fez com que os interesses dos grupos dominantes locais e do capital estrangeiro (sempre associados à tecnoburocracia de Estado) se divorciassem cada vez mais em relação aos do restante da sociedade, incluindo praticamente todo o conjunto das camadas subalternas e mesmo parte das frações burguesas mais frágeis.

⁵ Diversos autores – como LANDER (2005), BATTAGLINI (2011), ZAVALA (2003), SALAS (2014) e CORONIL (2013), dentre outros – argumentam que a “nacionalização” do petróleo ocorrida em 1976, com a criação da estatal Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), resultou na realidade na diminuição do controle público sobre a exploração petrolífera. Isso porque ela continuou a ser realizada, na prática, pelas multinacionais estrangeiras (geralmente em associação com a estatal, na forma de empresas mistas), que controlavam toda a tecnologia envolvida. Com a criação da PDVSA, funcionários públicos da estatal – a maioria deles advindos das próprias multinacionais – passaram a acordar os termos da exploração do petróleo diretamente com as multinacionais, sem prestarem contas aos demais órgãos de Estado e nem tampouco à sociedade em geral. Tal política se justificou, à época, com o argumento de que as decisões “técnicas” relativas à indústria petrolífera não poderiam ser “contaminadas” pelas disputas político-partidárias, e por isso a PDVSA deveria funcionar de forma “autônoma” em relação aos canais formais de participação política institucionalizada (o que, obviamente, diminuía as possibilidades de um controle público sobre a extração do petróleo e a distribuição da renda petrolífera que dela advinha).

Grande parte da sociedade venezuelana considerava uma ameaça a “redução do Estado” e a privatização da PDVSA, propostas pela *agenda* neoliberal. Por mais que esse sentimento fosse muitas vezes difuso e pouco articulado politicamente, de fato ele apontava para um dado bastante concreto da conjuntura: o que estava em jogo era a diminuição dos fluxos de renda petrolífera que: i) abasteciam as políticas assistencialistas/clientelistas que atendiam os trabalhadores mais pobres; e ii) forneciam divisas baratas sem as quais era impossível manter o padrão de vida da classe média e os negócios dos pequenos e médios empresários. Em outras palavras, a adoção do neoliberalismo como bandeira, por parte das frações burguesas dominantes, incidiu diretamente nos mecanismos que, até então, mantinham os níveis mínimos de consenso ao modelo petrolítero-rentista, criando uma crise política prolongada que se arrastou por toda a década de 1990. De todos os países do continente, talvez a Venezuela fosse o mais refratário ao pensamento, ao discurso e às políticas neoliberais, os quais não puderam se afirmar sobre bases institucionalmente estáveis, apesar de todas as tentativas realizadas pelos governos Carlos Andrés Pérez (1989-1992) e Rafael Caldera (1994-1998)⁶. O principal fator dessa especificidade venezuelana reside, sem dúvidas, no peso relativo do Estado para o conjunto da reprodução social, tanto no que diz respeito ao controle da atividade petrolífera – onde somente o Estado poderia, em nome da nação, cumprir o papel de *proprietário* das reservas de petróleo – quanto na distribuição das divisas provenientes dessa atividade, absolutamente essenciais para o conjunto das atividades econômicas e para a imensa rede de subsídios que atendiam o conjunto da população e as políticas assistencialistas voltadas para as camadas mais pauperizadas dos trabalhadores. Isso fez com que fosse muito difícil para as frações dominantes construir um consenso em torno da consigna mistificadora do “Estado mínimo”, isto é, da diminuição do papel do Estado nas atividades produtivas, supostamente em favor dos serviços sociais (os quais eram, na Venezuela, muito claramente dependentes da própria PDVSA). Dada a dificuldade de estabelecimento de consenso em torno dessa agenda, a única alternativa de manutenção do poder passou a ser a escalada crescente da coerção estatal contra as camadas subalternas, que arcavam com os ônus sociais da falência do modelo nos anos 1980;⁷ mas, dado o esgotamento das formas de consenso, a violência

⁶ Carlos Andrés Pérez, que já havia sido presidente da Venezuela (1974-1978), sofreu um impeachment em 1992, dando lugar a um curto governo provisório que vigorou até as eleições de 1993.

⁷ Acompanhando a recessão mundial de princípios dos anos 1980, marcada pela queda dos preços do petróleo, a Venezuela entrou em uma longa crise econômica que se inicia com uma aguda desvalorização cambial, ocorrida em 1983, em uma conjuntura marcada pela explosão da dívida pública (contraída nos

de Estado foi vista como injusta, ilegítima, criando um ciclo vicioso que retroalimentou a revolta da população, levando a Venezuela a um quadro que, no nosso entendimento, pode ser classificado como de *crise de hegemonia*.⁸

A vitória eleitoral de Chávez foi produto dessa crise. O *Comandante* representou uma vontade nacional-popular de amplas e profundas transformações, traduzida na ideia da *refundação da República*. No entanto, o *conteúdo* dessas transformações nunca esteve muito claro. A “Revolução Bolivariana” proclamada por Chávez era tão difusa quanto a base social que o levou ao poder por meio do voto, e os únicos compromissos que estavam relativamente claros desde o início eram o rompimento com o neoliberalismo e a proposta de superar os limites de participação política inscritos no sistema representativo liberal, através de uma nova Constituição que incorporasse as práticas *assembleísticas* existentes nos movimentos populares.⁹ Em termos de luta de classes, o triunfo de Chávez nas eleições presidenciais de 1998 iniciou um longo e complexo período, no qual nem os trabalhadores atingiram a condição hegemônica, de modo a conduzir o conjunto da sociedade para a realização de um projeto *próprio* de emancipação, nem tampouco os grupos dominantes conseguiram abortar o processo crescente de organização e conscientização das camadas subalternas, através dos artifícios tradicionalmente utilizados em situações semelhantes (a saber: os golpes e os diferentes tipos de regime de exceção que os sucedem).

Chávez acabou se constituindo no elo que manteve unida a ampla e heterogênea base social que, de forma fragmentária, apoiou o processo de transformação da sociedade, e que se expressou eleitoralmente nos partidos que compuseram o Polo

anos anteriores, quando títulos foram emitidos pelo Estado com base na suposição da manutenção dos preços internacionais do petróleo em patamares altos). Tal como ocorreu em outros países da América Latina, a crise de endividamento da Venezuela foi respondida, pelos grupos dominantes, através da progressiva adesão às políticas neoliberais propagadas pelo Fundo Monetário Internacional.

⁸ É praticamente unânime na bibliografia a caracterização dos anos 1990 como de crise geral de legitimidade do sistema *partidocrático* inaugurado pelo *Pacto de Punto Fijo* (ELLNER, 2014; LOPEZ-MAYA, 2006 e 2009; DENIS, 2001; MARINGONI, 2009; FERREIRA, 2012; CORONIL, 2013; dentre outros). Alguns autores, mesmo não partindo de um referencial gramsciano (como BATTAGLINI, 2011) falam em uma “nova hegemonia” no pós-1998. Já Rafael Seabra (2014), que trabalha com referenciais teóricos semelhantes aos nossos, também caracteriza os anos 1990 venezuelanos como um momento de *crise de hegemonia*.

⁹ Ao longo dos anos 1980, em resposta à crise econômica iniciada em 1983, a Venezuela assistiu a um processo progressivo de organização das frações precarizadas da classe trabalhadora, que como já afirmamos se dava principalmente a partir de movimentos comunitários organizados por território nas favelas e demais regiões periféricas. Em oposição às formas de participação política institucionalizadas, os movimentos sociais que se formaram no período tiveram como característica fundamental a participação direta, através de assembleias populares nas quais todo militante tinha voz e voto. Esse rico processo foi analisado por diversos autores, como SEABRA (2014), FERREIRA (2012), LOPEZ-MAYA (2009), DENIS (2001), dentre outros.

Patriótico – cujas diferenças ideológicas entre si eram muito significativas, reproduzindo em seu interior interesses de diferentes frações de classes. Não foi possível estabelecer uma organicidade entre a ação da cúpula de Estado e dos movimentos de base, porque *não se constituiu um organismo capaz de fazer a intermediação entre esses dois polos*.¹⁰ As práticas meramente eleitoreiras, que personificavam o bolivarianismo em Chávez, tiveram que ser aceitas em maior ou menor grau tanto pelos grupos mais radicais quanto pelos setores mais moderados do chavismo – ainda que os motivos de uns e outros fossem diferentes: para os setores à esquerda, o presidente tornava possível levar o processo adiante, na ausência de outro organismo ou ator político capaz de fazê-lo de forma organizada; para os setores moderados, ele era o “homem forte” capaz de manter o processo de transformações dentro de certos limites “aceitáveis”, evitando choques mais violentos e imprevisíveis (ou *não desejáveis*) entre as frações de classes em luta. Em todo caso, a aceitação da liderança de Chávez tornou-se incontornável porque, sem ela, desfazia-se a *unidade* que dava a *força* do processo bolivariano.

Para os teóricos liberais – segundo os quais o Estado quase sempre aparece como um *ente* dotado de vontade própria, que “paira” acima da sociedade e representa os interesses *de governos* ou, quando muito, *da burocracia* – é “suficiente” interpretar o processo bolivariano simplesmente como o resultado das “decisões” ou dos “interesses pessoais” de Chávez e seus assessores mais próximos. Se, no entanto, nos propusermos a complexificar a análise, considerando o Estado como uma manifestação de relações sociais concretas, é necessário articular o funcionamento do governo com o conjunto de

¹⁰ Desde nosso ponto de vista, tal intermediação, nas condições do capitalismo contemporâneo, se confunde com a conformação de um *partido revolucionário*, nos termos de Gramsci. Para Gramsci, tal forma organizativa não se confunde com as “legendas” que tradicionalmente participam do jogo eleitoral – ou da pequena política, isto é, da “política de bastidores”, das discussões parlamentares, etc. O partido necessário à transição ao socialismo seria um organismo capaz de articular as lutas fragmentadas dos trabalhadores, de modo a sintetizar os germes de vontade coletiva, tornando-os universais e totais, e de realizar a necessária reforma intelectual e moral que, atuando concomitantemente com as transformações nas relações de produção, permitisse a tomada do poder pelos trabalhadores. No caso da Venezuela, o movimento bolivariano ensaiou a conformação dessa forma organizativa no período entre 1994 e 1998, quando o MBR-200 (originalmente organizado por Chávez e outros oficiais de alto escalão, a partir de células clandestinas nas Forças Armadas) ensaiou uma abertura à participação massiva de trabalhadores; porém, essa experiência foi abortada quando o movimento optou pela estratégia de chegar ao poder por meio do voto. Dali em diante, surgiram dois partidos: o *Movimiento Quinta República* (MVR) – pelo qual Chávez foi eleito em 1998 – e o *Partido Socialista Unido de Venezuela* (PSUV) – criado por iniciativa do presidente Chávez em 2007. Em ambos os casos, tais legendas redundaram, na prática, em agremiações políticas com fins muito mais eleitoreiros, e não como um espaço organizativo de debate, formulação de quadros e estratégias para a conformação de uma proposta de transição ao socialismo. Como indica Seabra (2014: 145), “A Revolução Bolivariana chegou ao governo sem um partido revolucionário autêntico”.

interesses e de ações de classe que permearam o processo bolivariano ao longo do tempo. Por essa razão, preferimos trabalhar com a ideia de uma autonomização *relativa* do Estado, que na realidade é um fenômeno recorrente em situações de crise de hegemonia e que, no caso da Venezuela, tem a ver também com as características históricas de sua estrutura de classes.

Nos termos que apresentamos acima, a principal referência teórica que embasa a noção de autonomização relativa do Estado é *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, de Karl Marx. Nessa obra, Marx faz uma análise da luta de classes na França de meados do século XIX, que resultou no golpe de Estado de 1852. Embora Marx não tenha proposto uma *definição conceitual* do ocorrido, ele demonstrou como o método do materialismo histórico pode explicar certas circunstâncias específicas em que o Estado se torna *relativamente autônomo* em relação às classes e frações de classe em disputa. Seguindo suas indicações, a tradição marxista posterior consolidou o conceito de *bonapartismo*, tornado uma chave interpretativa vigorosa que pode ser utilizada para a análise de diferentes contextos históricos, e que muitas vezes é reivindicada para caracterizar a experiência chavista (ROSA, 2014; ITURBE, 2007; ARAÚJO, 2008; DEMIER 2007; PSTU, 2008, LBI-QI, 2010).

Seriam regimes bonapartistas aqueles em que a burguesia não encontra meios para exercer *diretamente* a dominação sobre o conjunto das camadas subalternas, e por isso precisa abdicar do comando direto do Estado em favor de um *líder* que, por assim dizer, parece elevar-se “acima” da luta de classes, atuando como um “árbitro” que mantém a “paz social” e a “ordem” por meio da burocracia e das Forças Armadas. O *líder* assegura a dominação burguesa porque defende a propriedade privada dos meios de produção e os interesses fundamentais do capital, atacando os setores mais organizados das classes trabalhadoras. Contudo, geralmente é apoiado por outros setores subalternos mais *atrasados* (como o campesinato ou o lumpem-proletariado), e às vezes também contraria interesses imediatos de associações burguesas da sociedade civil. Por fim, seria também uma característica dos regimes bonapartistas o cerceamento das liberdades e dos direitos políticos, suplantando a democracia em favor de formas autoritárias de governo.

Gramsci formulou o conceito correlato de *cesarismo*, que remete às conjunturas nas quais, pela ameaça de destruição mútua das forças políticas em disputa, abre-se espaço para um líder “heroico”, que expressa uma solução de tipo arbitral. Entretanto, em Gramsci o cesarismo pode apresentar diferentes significados históricos, sendo

progressista ou regressista conforme as forças que ajuda a triunfar – mesmo que esse auxílio se dê, em qualquer dos casos, “com certos compromissos e acomodações que limitam a vitória” (GRAMSCI, 2000: 76). Gramsci salienta, porém, que no mundo moderno a “ação histórico-política imediata e iminente” só pode se encarnar miticamente em um indivíduo – e não em um *partido* – nos casos em que a sociedade se vê diante de um “grande perigo iminente, grande perigo que cria precisamente, de modo fulminante, o fogo das paixões e do fanatismo, aniquilando o senso crítico e a corrosividade irônica que podem destruir o caráter ‘carismático’ do *condottiero*” (GRAMSCI, 2000: 16); mesmo assim, nesses casos a ação política tenderá a apresentar um caráter mais *reativo* do que *propositivo*, quase sempre “do tipo restauração e reorganização, e não do tipo peculiar à fundação de novos Estados e de novas estruturas” (idem, ibidem).

Mais ou menos no mesmo período em que Gramsci escrevia esses apontamentos, Trotski também desenvolveu ideias semelhantes, ao focalizar certos governos latinoamericanos do início do século XX – tais como o do general Cárdenas (1934-1940), no México, e a ditadura estadonovista de Vargas (1937-1945), no Brasil. Para Trotski, muitos governos da América Latina constituíram uma forma *sui generis* de bonapartismo, típica de países periféricos nos quais a burguesia se vê *espremida* entre a presença decisiva do capital estrangeiro e a forte pressão exercida *debaixo*, pela classe trabalhadora em acelerado processo de proletarização. Nessas condições, ele pode se converter em um instrumento do capital estrangeiro, submetendo os trabalhadores a uma ditadura policial, ou pode *manobrar* o proletariado (inclusive fazendo-lhes concessões), para deste modo dispor de certa *margem* de ação em relação ao imperialismo internacional (TROTSKI, 2009: 139).

Acreditamos que os conceitos de *bonapartismo sui generis* e *cesarismo* constituem chaves interpretativas que auxiliam enormemente a análise do governo Chávez. Entretanto, é importante não partir desses conceitos para *tomar por explicação* o que, na verdade, *precisa ser explicado* (o próprio Gramsci, ao apresentar o conceito de cesarismo, alertou para o fato de que este constitui “uma fórmula polêmico-ideológica, e não um cânone de interpretação histórica” (GRAMSCI, 2000, 77)). É necessário analisar o desenvolvimento concreto de cada processo para, a partir daí, propor conceitos e uma explicação teórica que torne inteligível seus *sentidos históricos*.

É possível afirmar que foi a oposição intransigente do empresariado venezuelano que motivou o governo Chávez a abandonar suas propostas iniciais de conciliação de

classes em favor de um programa mais à esquerda, que a princípio não era cogitado. É verdade que o governo se mostrou firme no propósito de realizar reformas profundas nas formas de participação política (através da nova Constituição de 1999), combater certo certas formas de propriedade (como o latifúndio e a pesca predatória industrial, enfrentados através da Lei de Terras e da Lei de Pesca, de 2001) e reaver o controle soberano sobre o petróleo, desautorizando a autonomia da PDVSA; contudo, para além dessas iniciativas, não estavam colocadas transformações mais radicais nas relações de produção, nem muito menos o rompimento com o sistema capitalista (ao menos em princípios do governo). Mas nessa equação é necessário considerar também a pressão exercida pelas massas. A desapropriação de terras e empresas privadas (assim como a implantação de formas de *cogestión* nas empresas estatais) só ocorreram após ocupações promovidas pelos trabalhadores. Também as experiências dos *Consejos Comunales* e *Comunas* surgiram como experiência de luta antes que fossem institucionalizadas (e impulsionadas) pelo governo.¹¹ Isso indica que Chávez se viu obrigado a incorporar demandas que surgiram da ação concreta das camadas subalternas organizadas, e não somente por uma pressão exercida de forma passiva.

Também é preciso ressaltar que Chávez ascendeu ao poder porque reivindicou a *transformação* e não a *manutenção* da ordem vigente. Não deve ser menosprezado o fato de que seu governo, de fato, rompeu com a “agenda” político-ideológica neoliberal, que vinha sendo aplicada na Venezuela e que se impôs intransigentemente no sistema capitalista mundial, apesar de toda a resistência em contrário. Pode-se argumentar que o chavismo significou uma alternativa de *manutenção da paz social* – e, portanto, da ordem instituída –, na medida em que impediu que as contradições entre as classes evoluíssem para uma situação de confronto aberto e definitivo; no entanto, nada garante que esse confronto evoluísse, na Venezuela, para uma derrota da burguesia e a abertura de um processo mais consistente de transição ao socialismo. O fato inescapável é que o neoliberalismo tornou-se hegemônico em praticamente todo o mundo, inclusive em países nos quais ocorreram sublevações massivas contra ele. A chegada de Chávez ao

¹¹ Nos limites deste artigo, não podemos nos aprofundar na discussão a respeito da formação e do desenvolvimento dos *Consejos Comunales* e *Comunas*. Resumidamente, eles constituíram formas de auto-governo local, instituídas pelo governo Chávez a partir das experiências prévias de organização política dos trabalhadores precarizados dos campos e cidades venezuelanas. Serviam para a participação direta dos cidadãos na proposição de políticas para a resolução dos problemas sociais em seus territórios, assim como para a criação de meios de produção baseados no cooperativismo, visando conformar um novo setor da economia com características de autogestão.

poder, malgrado todas as contradições de seu governo, fez da Venezuela um dos principais focos de resistência às políticas neoliberais.

Além disso, deve-se salientar que a “paz social” chavista não *ocultou* os conflitos existentes na sociedade venezuelana, como geralmente ocorre em governos de tipo bonapartista, mas sim os tornou objeto de debate público. Os compromissos de conciliação e/ou diálogo com as forças *da ordem* foram feitos com base no reconhecimento das desigualdades existentes e no compromisso em buscar erradicá-las ou diminuí-las o máximo possível – algo que, obviamente, não se deveu somente às intenções do governo, mas principalmente pela pressão das camadas subalternas. Porém, na medida em que essas desigualdades estavam organicamente relacionadas ao rentismo-petrolero – base sobre a qual se organiza o conjunto da acumulação de capital no país – o enfrentamento dessas questões acabou evoluindo, com o tempo, para uma crítica ao sistema capitalista como um todo.

Outra complexidade no entendimento do processo bolivariano diz respeito ao caráter sempre muito contraditório do discurso chavista: estimulou a organização popular, mas também apresentou traços inegáveis de *personalismo*; defendeu uma democracia mais substantiva, mas quase sempre centralizou as decisões (e, com o tempo, passou a se fechar cada vez mais, cerceando os espaços de diálogo mesmo entre as forças bolivarianas¹²); etc. Mas, a despeito dessas contradições, é inegável que, no âmbito cultural, Chávez cumpriu um papel importante no que diz respeito às disputas ideológicas e à conformação de uma visão de mundo contra-hegemônica, anti-capitalista, especialmente se focarmos os trabalhadores com menor experiência de organização e militância política. Mais ainda: está praticamente fora de discussão que a política externa do governo Chávez representou um elemento contestador da ordem imperialista mundial, influenciando outros países e contribuindo para a ascensão de alternativas políticas de esquerda progressista no continente (com especial destaque para os governos Evo Morales, na Bolívia, e Rafael Correa, no Equador).

Também merece uma análise mais criteriosa a questão do *carisma do líder*, previsto nos conceitos de bonapartismo e cesarismo: trata-se de um fator que *precisa ser explicado*, e não simplesmente tomado como consequência “inevitável” da situação de

¹² Vale ressaltar, a esse respeito, que o cerceamento do debate, durante o governo Chávez, jamais atingiu os níveis que depois se verificariam no governo de Nicolás Maduro, no qual as vozes divergentes, mesmo no campo chavista, passaram a ser efetivamente ignoradas ou mesmo perseguidas. Com Chávez, mesmo após as inflexões centralizadoras do governo, houve um avanço significativo na participação autônoma dos trabalhadores organizadas *pela base* (em níveis muito maiores, por exemplo, do que os existentes na IV República).

crise de hegemonia que origina este tipo de fenômeno. Em nossa pesquisa, procuramos indicar os elementos que *historicizam* a projeção do chavismo e do ideário bolivariano, construído a partir da sistematização de elementos culturais cujas raízes encontram-se fincadas no tecido social e no imaginário popular;¹³ eventualmente, tais elementos poderiam ser utilizados para a manutenção da dominação de classe, da alienação, etc. – como ocorrera tantas vezes na história venezuelana, através do chamado *culto à Bolívar*.¹⁴ Mas não foi o caso, até porque o bolivarianismo proposto por Chávez *dialogou com as práticas de luta que vinham sendo empreendidas pelos setores mais combativos da classe trabalhadora*. Foi isso que, em última instância, levou largas parcelas das camadas subalternas a se identificar com o governo, levando Chávez a ocupar o vácuo de poder deixado pela situação de crise de hegemonia. O próprio MBR-200, em sua origem no meio militar, deve ser visto como expressão desse conjunto de alternativas de luta que floresceram na sociedade venezuelana, a partir da crise do rentismo petrolero nos anos 1980-1990.

Parte das características centralizadoras do governo Chávez já estavam inscritas no MBR-200 e depois se confirmaram no *Movimiento Quinta República* e no PSUV. Mas essa centralização representou também uma adequação a padrões históricos da Venezuela. O Estado venezuelano, por suas características petrolero-rentistas, *sempre* apresentou padrões centralizados e relativamente autônomos de funcionamento, independentemente do governo e/ou do regime que vigorasse no país. Neste sentido, a *autonomização relativa do Estado*, ocorrida durante o governo Chávez, não foi somente

¹³ Nossa pesquisa procurou demonstrar como o bolivarianismo proposto por Chávez *articulou politicamente* certos elementos, presentes na cultura popular, que remetiam à herança histórica das revoluções venezuelanas do século XIX, assim como a seus principais líderes (especialmente Simón Bolívar, Simón Rodríguez e Ezequiel Zamora). Novamente, o restrito espaço que dispomos aqui não nos permite nos aprofundar nesta questão; porém, podemos afirmar que, dentre as muitas interpretações a respeito dessas lutas do passado, conformou-se na Venezuela dois campos relativamente bem demarcados: um deles interpreta a herança bolivariana a partir da perspectiva dos grupos subalternos, para os quais os Próceres da Pátria foram revolucionários que lutaram contra as formas de opressão na sociedade venezuelana, capitaneadas pelo imperialismo internacional e pelas *oligarquias* internas; de outro lado, tem-se a conformação de um bolivarianismo historicamente propagado desde o Estado, no qual os mesmos personagens históricos são devidamente *esterilizados* e apresentados apenas como símbolos da independência e de uma “união nacional” que obscurece as formas de dominação de classe deixadas relativamente inalteradas pelas revoluções do século XIX. Nessa segunda interpretação, Bolívar aparece como um símbolo pátrio que paira acima dos conflitos e simboliza a “harmonia” necessária ao conjunto da comunidade nacional; na primeira, o Libertador é o herói popular que, traído pelas oligarquias, não pôde concluir seu projeto de emancipação do povo latinoamericano (projeto esse que urge ser retomado e que foi reivindicado por Chávez em sua Revolução Bolivariana).

¹⁴ Como afirmamos na nota anterior, o chamado *culto à Bolívar* se constituiu na edificação de uma “memória oficial”, propagada desde o Estado, a respeito da Revolução da Independência e de seu principal líder, na qual os conflitos internos da sociedade venezuelana são eclipsados em favor de uma necessária “união nacional”.

uma consequência da crise de hegemonia dos anos 1990 e/ou das características bonapartistas do regime, porque *também* decorre de estruturas econômicas, sociais e políticas que *antecedem* o processo bolivariano e que, por isso, inevitavelmente o perpassariam. Talvez seja mais correto inferir que o governo Chávez representou uma tentativa (mal sucedida, é verdade) de rompimento com padrões históricos de centralização e autonomização relativa do Estado na Venezuela.

A nosso ver, a própria instabilidade crônica do governo Chávez conspira contra sua caracterização como “aparentemente acima da luta de classes”. No geral, o processo bolivariano foi dinâmico, e não se pode dizer que sua direção tenha sido dada sempre pela cúpula de governo, com o beneplácito apenas *passivo* de setores subalternos (como prevê o conceito de bonapartismo). A chegada de Chávez ao poder, longe de desmobilizar os trabalhadores ou atentar abertamente contra sua liberdade de associação e/ou manifestação, na verdade diminuiu sensivelmente a repressão e deu novo impulso à organização pela base e aos protestos populares, fomentando inclusive que eles assumissem um caráter mais político, e não *apenas* reivindicativo.¹⁵ Além disso, Chávez tornou o Estado muito mais *permeável* à ascensão de lideranças advindas do movimento popular e egressos de correntes políticas de esquerda oriundas da luta armada dos anos 1960 e 1970, além de intelectuais identificados com a causa do socialismo. Além disso, as reformas concretizadas pelo processo bolivariano na Constituição de 1999 democratizaram – e não cercearam – o sistema político do país, tornando-o mais permeável às pressões das classes subalternas e removendo *parte* da “blindagem” que, historicamente, o Estado venezuelano sempre apresentou em relação à participação dos “de baixo”. O choque com os interesses burgueses encastelados nos aparelhos de Estado foi inevitável, e como resultado o governo Chávez nunca apresentou um padrão previsível e coerente. Além das pressões *externas* ao chavismo, representada pela oposição sistemática dos setores empresariais, dos EUA e da maior parte da pequena burguesia, a dinâmica geral da luta de classes tensionou o governo

¹⁵ Obviamente, falamos aqui de uma diminuição *relativa* da repressão de Estado: foi muito menor do que nos anos anteriores ao chavismo, mas não deixou de existir. Em geral, nos casos mais graves de repressão aos trabalhadores, a responsabilidade coube principalmente a governos locais, e não tanto à alta cúpula do Executivo Nacional (o que não significa que o governo Chávez também não tenha recorrido à repressão em alguns momentos). De todo modo, Chávez nunca desatou os meios coercitivos de Estado *em larga escala* – algo que qualquer outro governo, nos padrões latinoamericanos (e mesmo mundiais), certamente faria se enfrentasse situações críticas como as que Chávez enfrentou (quebra de hierarquia militar; golpe de Estado; locautes patronais; protestos opositoristas massivos; etc). Cumpre ainda salientar, por fim, que os níveis coercitivos dispararam após a ascensão do governo Maduro.

também *internamente*, impondo avanços ou recuos em suas propostas ao sabor das disputas no interior da burocracia de Estado.

Historicamente, o Estado petroleiro-rentista sempre conseguiu – inclusive no governo Chávez – configurar e reconfigurar a estrutura de classes de modo que ela se mantenha sempre funcional à reprodução do aparato estatal tal como ele é. Parece estranho afirmar, desde uma perspectiva marxista, que o Estado possa *criar* uma estrutura de classes a sua imagem e semelhança, porque isso equivaleria a subverter a concepção marxiana de que o Estado só pode ser compreendido a partir das lutas de classes que se desenrolam na sociedade civil. Mas a questão é que, na Venezuela, a dominação burguesa precisou conformar uma fração de classe específica que, desde princípios do século XX, aparece como integrante formal dos aparelhos de Estado e controla – de maneira *exclusiva* – os órgãos de captação e distribuição da renda petrolífera (ainda que estes, formalmente, não constituam sua *propriedade privada*¹⁶). Em outras palavras, uma parcela da burocracia estatal, desde a formação do Estado-Nacional venezuelano moderno (que coincide com o começo da exploração petrolífera em larga escala), assumiu um *caráter de classe*, constituindo-se como uma fração burguesa específica – uma “fração burguesa de Estado”, por assim dizer – que se perpetua no poder graças às suas ligações com o capital estrangeiro, e que *moldou* a estrutura de classes venezuelana conforme os interesses dessa aliança. É o que se conhece na Venezuela como *la gente del petróleo*, isto é, a parcela da sociedade que, não sendo necessariamente possuidora de meios de produção (embora não raro também se torne¹⁷), controla o setor mais importante da economia, reproduzindo-se historicamente de forma quase *isolada* do restante do país. Ela não se confunde com a burocracia tradicional porque, em função do caráter de *enclave* da indústria petrolífera, essa “fração burguesa de Estado” consegue se reproduzir segundo *interesses próprios*, acumulando capital no processo e usufruindo de toda sorte de privilégios que lhe são exclusivos. É claro que ela também está associada a outras frações, cujos interesses

¹⁶ A rigor, a propriedade pode se apresentar de diversas *formas* jurídicas, sendo a propriedade privada individual apenas uma delas. O importante é averiguar o poder de controle dos meios de produção que diferentes formas de propriedade proporcionam às frações de classe dominantes. No capitalismo, qualquer forma de propriedade estatal atende aos interesses gerais da acumulação privada e, neste sentido, funciona como uma forma de *capital social* – a rigor, controlada pela burguesia, dado o controle hegemônico que ela tem sobre o Estado. Isso vale, inclusive, para as formas de *capitalismo de Estado* do Leste Europeu, onde os meios de produção funcionavam como propriedade *de fato* (ainda que não *de direito*) da burocracia de Estado, que os utilizava para fins de acumulação e exploração do trabalho.

¹⁷ Trata-se de fenômeno comum, ao longo da história venezuelana, que burocratas encastelados na PDVSA aproveitem-se de seus cargos para abrir empresas privadas que, posteriormente, são beneficiadas em suas relações com o Estado, através de formas de tráfico de influência e outras práticas ilícitas.

também operacionaliza (como o setor bancário e a burguesia importadora); mas sua autonomia é sensivelmente maior, se comparada à burocracia tradicional, porque todo o conjunto da burguesia local depende dos petro-dólares gerenciados por ela, e é ela que apresenta ligações mais orgânicas com as multinacionais petrolíferas (responsáveis, *na prática*, pela extração do petróleo¹⁸).

Ao longo da história venezuelana, praticamente todas as grandes transformações políticas do país se relacionaram a mudanças na composição dessa “fração burguesa de Estado”. Porém, até o final dos anos 1990, o que geralmente ocorria era uma recomposição que abria espaço para novos atores sociais, sem modificar a essência deste *lugar da produção*. Foi a proposta da privatização da PDVSA que rompeu com este padrão porque, se bem sucedida, a *gente del petróleo* se tornaria definitivamente uma fração burguesa como outra qualquer, sem o compromisso que, ao menos formalmente, ela era obrigada a manter perante o país – isto é, o de representar os interesses da sociedade na gestão da exploração petrolífera e da renda que dela advém. A estratégia inicial do governo Chávez foi a de, evitando choques decisivos com as multinacionais petrolíferas, conciliar-se tanto com os setores populares organizados quanto com parcelas do empresariado, para concentrar seus esforços no enfrentamento da *gente del petróleo*; quando, porém, ficou claro que não seria possível *rachar* a unidade burguesa em torno do projeto neoliberal, o governo aproximou-se cada vez mais para uma ruptura com o conjunto dos grupos dominantes e, por consequência, com o próprio sistema capitalista.

Ocorre que a pré-condição fundamental para uma transição ao socialismo – a tomada do poder *pelo conjunto dos trabalhadores* – não estava colocada. A burguesia permanecia encastelada nos aparelhos de Estado e, na sociedade civil, havia ainda um longo caminho a percorrer. Embora existisse uma base social disposta a lutar pelo socialismo (na verdade, ela ainda existe *aos milhões* na Venezuela), não surgiram formas organizativas que permitissem a transformação da força potencial em força real, especialmente no ritmo que demandava o governo bolivariano, premido pelas disputas eleitorais e pelos inúmeros compromissos naturais de um Estado que permanecia sendo um *Estado Burguês*. A cada processo eleitoral, o processo revolucionário foi colocado em xeque pela oposição, defensora da interrupção das transformações no país e do

¹⁸ Recordemos aqui que a indústria petroleira venezuelana é formada principalmente por empresas mistas, nas quais o Estado (através da PDVSA) tem participação acionária, mas na verdade não explora realmente o produto nem possui a tecnologia necessária.

retorno aos pressupostos do modelo petroleiro-rentista. Sem obter uma vitória definitiva contra esses interesses, o governo Chávez se viu em um beco sem-saída: precisava seguir vencendo os pleitos eleitorais para dar prosseguimento ao processo revolucionário; para isso, se viu na necessidade de manter programas sociais e níveis de consumo das classes trabalhadoras – que só poderiam ser obtidos, nas condições de curto prazo demarcadas pelas eleições, com o recurso ao rentismo petroleiro. Essa contingência se revelou ainda mais forte em virtude das sucessivas crises econômicas enfrentadas pelo país (causadas sobretudo pela própria ação sabotadora dos grupos dominantes¹⁹), as quais amplificaram enormemente o *magnetismo* exercido pelo rentismo, visto como “economicamente mais racional” no sentido de evitar um completo colapso econômico. Ressalte-se que o problema não reside na manutenção de mecanismos formais de participação política representativa (como a diversidade de partidos, as eleições periódicas aos Poderes Legislativo e Executivo, etc), mas no fato de que não houve uma derrota definitiva da burguesia – isto é, não havia uma *Ditadura do Proletariado*. As formas representativas de participação política e a pluralidade de partidos, em si mesmas, podem ser funcionais a um processo revolucionário, *desde que* favoreçam o necessário debate sobre a construção do socialismo, e não funcionem como um espaço para uma periódica e sistemática tentativa de liquidação do processo, a partir de uma eventual vitória eleitoral de uma burguesia que não foi definitivamente derrotada no terreno social, político e cultural.

Aqui, faz-se necessário recuperar o sentido original, proposto por Marx, para o conceito de *ditadura do proletariado*. A popularização desse conceito obscureceu o fato de que, sob o capitalismo, também vigora uma *ditadura de classe* (no caso, burguesa). Trata-se de uma ditadura de classe na medida em que o Estado não só é incapaz de transformar o conjunto das relações sociais existentes, de modo a superar o capitalismo, como na verdade constitui a principal salvaguarda dessas mesmas relações (particularmente, as relações sociais de produção). É *por isso* que o Estado, sob o capitalismo, é sempre um *Estado Burguês*, independentemente de se materializar em instituições mais autoritárias ou mais democráticas, com direitos mais ou menos

¹⁹ São inúmeros os exemplos de sabotagem econômica deliberada, promovida pelo empresariado venezuelano, contra o governo Chávez. A mais conhecida delas foi gigantesco locaute conhecido como *Paro Petroleiro* (que, na verdade, constituiu um verdadeiro *Paro Patronal*, no sentido que atingiu o conjunto da economia, e não somente o setor petrolífero), entre dezembro de 2002 e janeiro de 2003. Mas, na verdade, os grupos dominantes venezuelanos não circunscreveram suas ações sabotadoras a períodos específicos, já que desde 1998 recusaram-se a investir no aumento da capacidade produtiva do país, adotando também práticas de açambarcamento de gêneros, contrabando, desrespeito às políticas de controle de preços, etc.

estabelecidos para os trabalhadores. Quando Gramsci ressaltou que a tomada do poder, nas sociedades avançadas, pressupõe um longo processo de *guerra de posições* na sociedade civil, ele não estava com isso querendo dizer que a ditadura do proletariado – isto é, a dominação *de classe* exercida pelos trabalhadores – tornou-se desnecessária. O que ele tentou salientar é que o caminho dos trabalhadores havia se modificado, porque a tomada do aparato estatal *stricto sensu* não resumia mais, nessas sociedades, *todo o processo de tomada do poder*. A forma como se dará a transição ao socialismo pode ser mais acelerada no tempo ou através de um processo de mais longo prazo; mas, seja como for, trata-se de uma questão a ser respondida *posteriormente* à tomada do poder pelo proletariado (por mais que alguns de seus aspectos já se anunciem, à medida que os trabalhadores avançam rumo à hegemonia promovendo transformações na sociedade que expressam o projeto histórico da classe trabalhadora). Portanto, o problema não está necessariamente no possível aspecto *processual de longo prazo* da transição ao socialismo, até pelo fato de que, muito provavelmente, o conjunto das relações sociais que conformam o capital não poderá *imediatamente* dar lugar a outras relações, socialistas, e por isso o período de transição pode ter um caráter de “reformas graduais”.²⁰ Mas essas só podem ser realizadas se os trabalhadores – através de um Estado e de formas organizativas que sejam expressão de seus projetos históricos – tiverem o poder em suas mãos, submetendo a burguesia e impedindo-a de conduzir a sociedade de volta às relações capitalistas.

Na estratégia de duplo poder, a tomada do Estado é apenas um preâmbulo para sua destruição e substituição por outro poder, construído “fora” dos aparelhos estatais; não há, portanto, *transformação* do Estado. A rigor, Chávez chegou a flertar com essa estratégia, com a proposta de criação de um *Estado Comunal* que deveria gradualmente substituir o Estado petroleiro-rentista; mas, se tomarmos como referência a experiência da Revolução Russa – paradigma fundamental da *fórmula* do duplo poder – as diferenças são imensas. Na Rússia, o Estado soviético (isto é, a estrutura de conselhos

²⁰ A este respeito, convém recuperar a análise de Charles Bettelheim sobre as transformações no Leste Europeu nos anos 1960, que apontavam para a restauração do capitalismo (o que veio finalmente a se concretizar no final do século XX): “O que caracteriza o socialismo, por oposição ao capitalismo, não é (...) a existência ou a inexistência de relações mercantis, da moeda e dos preços, mas sim a existência da dominação do proletariado. É pelo exercício desta ditadura em todos os níveis – econômico, político, ideológico – que as relações mercantis podem ser progressivamente eliminadas, por meio de medidas concretas adaptadas a situações e a conjunturas concretas. Esta eliminação não pode ser ‘decretada’ nem ‘proclamada’: exige uma estratégia e uma tática políticas. Na sua falta, as mais belas proclamações podem conduzir ao resultado inverso do que se afirma (e pensa) querer atingir.” (SWEEZY & BETTELHEIM, 1978: 34)

que conformou o duplo poder) não fora construída por iniciativa do Estado czarista, mas pela organização autônoma dos próprios trabalhadores. Na Venezuela, ao contrário, a conformação das *comunas* partiu principalmente do Estado – por mais que algumas experiências pioneiras tivessem sido iniciadas pela ação concreta dos trabalhadores. Não por acaso, a proposta foi sabotada por governos locais e burocratas de diferentes níveis, que comumente não se alinhavam aos *delineamientos* propostos por Chávez.²¹ No cômputo geral, ao final dos quase 14 anos de governo chavista, o Estado petroleiro-venezuelano continuou a ser o que sempre fora: um Estado de tipo burguês.

Uma vez que a constituição de um *duplo poder* avançou muito pouco, prevaleceu no governo bolivariano a opção de procurar uma *via* ao socialismo baseada em uma *transição de longo prazo capitaneada pelo Estado*. Contudo, para isso seria absolutamente necessária a transformação estrutural nos aparelhos estatais, na medida em que eles possuem uma “materialidade própria” que não se modifica pela simples ascensão de novos atores políticos em suas instituições (POULANTZAS, 2000: 266). Da mesma forma, seria demagógico supor que as massas populares, através de dispositivos de democracia direta que flanqueiam o *Aparelho Econômico de Estado* – mantido inalterado no essencial – possam controlar a tecno-burocracia estatal e promover “de fora” transformações estruturais nas relações produtivas. Isso porque, em última instância, o Aparelho Econômico constitui a principal salvaguarda dessas mesmas relações, não só em sua ação prática – no caso venezuelano, através principalmente do controle dos circuitos de distribuição da renda petroleira – como também na defesa intransigente dos fatores fundamentais da acumulação (propriedade privada, controle monetário, instituição de um livre mercado de troca baseado na Lei do Valor, etc).

²¹ A nosso ver, a ideia de que novas relações sociais de produção podem ser implantadas “de cima para baixo”, a partir de um Estado *de tipo burguês*, sem considerar a cultura e a *práxis* local e sem advir *organicamente* da ação dos trabalhadores, é tributária de uma concepção voluntarista, centralizadora, burocratizada e por vezes autoritária de socialismo. Nicos Poulantzas – que era um defensor declarado de uma via democrática e *processual de longo prazo* para a transição socialista – já nos anos 1970 criticava certo *tecnocratismo*, que acredita “nas capacidades intrínsecas de um Estado racionalizador-administrador para efetuar, luminosamente orientado por *experts* de esquerda, uma transição para o socialismo” (POULANTZAS, 2000: 194). Isso é impossível porque as correlações de força de classe *perpassam os tecidos do Estado*, isto é, estão cristalizadas em suas instituições e em todas as relações que governam seu funcionamento; portanto, a transformação para o socialismo não pode ser feita por via “administrativa” – o que pressuporia uma concepção distinta de Estado, na forma de um “Estado-ferramenta” supostamente “neutro”, que poderia ser usado tanto para o capitalismo como para o socialismo. Na verdade, a transição demanda *modificações estruturais* no Estado, algo que não ocorreu na Venezuela (apesar das transformações institucionais progressistas inscritas na nova Constituição Bolivariana).

O problema é que seria muito difícil promover transformações estruturais no Estado, devido não só à ausência de um *partido revolucionário*, como também ao fato de que o próprio campo bolivariano era muito fragmentado, abrindo espaço tanto para revolucionários autênticos quanto para toda sorte de oportunistas. A presença militar, por exemplo, criava muitos desequilíbrios. Isso porque, embora fosse considerada estratégica por Chávez – porque, em sua visão (e também na de muitos outros militantes bolivarianos), foi a *unión cívico-militar* que deu a força ao processo bolivariano – a presença militar nos aparelhos de Estado implicou na constituição de blocos de poder que só através de Chávez podiam ser mantidos *relativamente* sob controle, e mesmo assim mediante muitas concessões a interesses particularistas desses setores – que, mesmo quando se declaravam “socialistas”, muitas vezes agiam contrariamente aos *delinamientos* estratégicos do governo e combatiam as formas autônomas de organização dos trabalhadores. Também no meio sindical acabaram prevalecendo certas correntes cuja concepção de “socialismo” estava muito próxima das experiências centralizadas e autoritárias do Leste Europeu, às quais se compatibilizavam com a manutenção da *autonomia relativa* do Estado e do rentismo petrolífero.²²

Sem dúvida, foi quando se tratou de transformar efetivamente as relações produtivas no âmbito industrial que afloraram no processo bolivariano suas principais contradições, que na verdade refletem também algumas das divergências históricas da esquerda socialista mundial (as quais já haviam se tornado explícitas em diversas experiências, como no Leste Europeu e em Cuba).²³ Grande parte dos setores *burocratizados* do chavismo não viam contradição no fato de se reivindicarem “socialistas” ao mesmo tempo em que se opunham sistematicamente às experiências de controle operário na produção industrial. Isso porque, na verdade, era (e ainda é) muito

²² A mais importante dessas correntes foi a *Fuerza Bolivariana de los Trabajadores* (FBT), fundada por Nicolás Maduro, José Khan, Osvaldo Piñera, José Gil e outras lideranças oriundas do meio sindical. Embora não possamos aprofundar neste artigo a discussão sobre as disputas internas do movimento sindical venezuelano, podemos afirmar que Chávez ascendeu ao poder sem possuir laços orgânicos com o movimento sindical venezuelano; neste quadro, a FBT rapidamente se aproximou dos governos bolivarianos e buscou ocupar esse “vácuo” se constituindo como “correias de transmissão” da alta cúpula de Estado no meio operário. Na maior parte dos casos, as lideranças da FBT ascenderam a postos de poder nos aparelhos estatais ao longo do processo bolivariano.

²³ Embora algumas experiências importantes ocorressem no movimento operário venezuelano desde 1998 – com a ascensão de grupos identificados com o *chavismo* à direção de alguns sindicatos importantes – foi principalmente a partir de 2002, no contexto da luta contra o locaute patronal desatado em dezembro daquele ano, que se iniciaram experiências mais sistemáticas de ocupação de fábricas e controle da produção pelos operários, através da conformação de conselhos. Desde então, tal movimento cresceu e se tornou importante para a definição dos rumos do processo bolivariano, impondo ao governo uma inflexão à esquerda, no sentido de promover o questionamento das relações de produção capitalistas. Contudo, a postura do governo diante dessa nova realidade foi extremamente errática, ora apoiando os conselhos de fábrica, ora impondo seu desmantelamento em favor de formas tradicionais de gestão fabril.

presente em grande parte do PSUV as concepções economicistas / produtivistas, típicas do (mal) chamado “socialismo real”, que praticamente resumem a transição ao socialismo a um processo de aumento acelerado da produção de mercadorias e de acesso ao consumo pelos trabalhadores. O socialismo, nesta concepção, aparece como uma *consequência “natural”* da abundância de mercadorias possibilitada pelo desenvolvimento *técnico* das forças produtivas – ou, melhor dizendo, como uma democratização do acesso ampliado à mercadoria, e não como um *questionamento da própria forma mercadoria, da maneira como ela é produzida, por quem e para que*. Desaparece, nesta concepção de socialismo, a luta pela superação da subordinação do trabalho a uma lógica que lhe é externa, que domina o conjunto das relações sociais e que está, portanto, no cerne da luta de classes.

Obviamente, não se trata apenas de um problema de concepção revolucionária, mas também de uma questão de disputa de poder. O controle da produção pelos operários resultaria no esvaziamento dos espaços na máquina burocrática e sindical a partir dos quais era possível acumular capital e/ou operacionalizar interesses de grandes grupos econômicos. Os militantes bolivarianos que, porquanto fossem sinceramente socialistas, defendiam formas de transição economicistas e centralizadas (e, por vezes, autoritárias) acabaram por mesclar-se a outros setores que visavam ocupar os postos de poder na máquina estatal e na direção dos sindicatos visando unicamente reproduzir formas tradicionais de acumulação, típicas da “fração burguesa de Estado” venezuelana. Conforme cada caso, essa mescla pode ter sido motivada tanto pela *conversão* às práticas corruptas da IV República, quanto pelo oportunismo de se apoiar em grupos poderosos para impor seus pontos de vista contra a esquerda bolivariana. Seja como for, o fato é que se conformou um amplo setor do chavismo defensor de um controle sobre o aparato produtivo *desde arriba*, sem nenhuma participação autônoma dos trabalhadores. Em muitos casos, a oposição dos setores *burocratizados* do chavismo aos conselhos de fábrica foi motivada pela sincera convicção de que estes poderiam favorecer o controle da produção por grupos não comprometidos com o presidente Chávez e com o processo bolivariano como um todo; mas, ao se contraporem ao controle da produção pelos trabalhadores, esses grupos *burocratizados* acabaram por impedir o aprofundamento do processo, favorecendo tanto a burguesia quanto a conversão de setores cada vez mais amplos do campo bolivariano às práticas corruptas da IV República.²⁴

²⁴ Essas ideias foram melhor desenvolvidas em nossa tese de doutorado: CARUSO (2017).

Do ponto de vista da “fração burguesa de Estado”, as experiências de controle operário da produção *não podiam dar certo* (isto é, não podiam ser *toleradas*), porque elas comprometeriam formas de acumulação que historicamente se reproduziam na Venezuela. Quando os operários, organizados em torno da consigna do controle operário, passaram a questionar o sociometabolismo do capital em seu ponto mais sensível – isto é, nos locais de trabalho, nas relações de produção – os agentes ocupantes dos postos de poder na máquina burocrática, nas gerências das indústrias estatais e na direção dos sindicatos empenharam-se em sufocar as experiências, mesmo que isso redundasse na ruína das empresas envolvidas.²⁵

Chávez oscilou entre apoiar as iniciativas autônomas dos trabalhadores e se alinhar aos interesses de grupos burocráticos na máquina estatal, no PSUV, na cúpula de Estado e nas Forças Armadas. Uma transformação mais profunda nas relações de produção (particularmente na indústria do petróleo) inevitavelmente desencadearia contra ele interesses poderosos que poderiam provocar rupturas importantes no bloco de poder chavista. Qual seria o posicionamento dos EUA? Como se comportariam os setores moderados do chavismo? Haveria apoio irrestrito das Forças Armadas venezuelanas? O que é certo é que *Chávez não teria condições de liderar um processo de ocupações em larga escala*, que fatalmente sairia de seu controle (até pelo fato de que ele nunca possuiu laços orgânicos com o operariado industrial). Haveríamos de perguntar que atores sociais assumiriam, no lugar de Chávez, o papel de direção de um processo como esse – e, neste caso, convém ressaltar as dificuldades organizativas do próprio movimento sindical venezuelano, marcado não só por uma tradição reformista e conciliatória, herdada da IV República, como também pelas disputas fatricidas que ocorreram mesmo entre as correntes da esquerda operária. Além disso, seria preciso questionar se o próprio campo bolivariano não se fragmentaria (facilitando uma contra-ofensiva burguesa) caso Chávez fosse aliado da direção do processo – nunca é demais lembrar que o operariado venezuelano, até por seu tamanho relativamente diminuto,

²⁵ Ao longo de seu governo, Chávez estatizou cerca de 800 empresas, sendo que em algumas delas houve uma abertura para experiências de controle operário da produção ou formas de *cogestão* entre Estado e trabalhadores. No entanto, a oposição de setores burocráticos nos aparelhos de Estado e na estrutura sindical fez com que a quase totalidade dessas experiências fosse abortada, dando lugar a formas de gestão fabril tradicionais. Nos casos em que os trabalhadores encontravam-se mais bem organizados em favor do controle operário – como, por exemplo, no parque industrial siderúrgico da região de Guayana, no estado Bolívar – os governos bolivarianos (tanto no nível local como desde a alta cúpula de Estado) chegou a atuar com violência contra os trabalhadores e/ou a negar-se a conceder às empresas estatais os financiamentos necessários para o êxito das experiências (CARUSO, 2017).

tinha pouca influência sobre o conjunto das classes subalternas e não pode ser apontado como ator central do processo bolivariano.

Neste contexto, Chávez chegou a sinalizar algum apoio para transformações mais radicais nas relações de produção, ainda que sempre priorizando a “recuperação da economia”, isto é, a manutenção dos níveis produtivos. Porém, ele nunca se alinhou decididamente às correntes da esquerda bolivariana que de fato apoiavam os conselhos de fábrica e o controle da produção pelos trabalhadores – certamente porque tais correntes eram perturbadoramente autônomas, ao contrário dos grupos mais acrílicos e leais à sua liderança (como aqueles ligados ao atual presidente, Nicolás Maduro). Como já salientamos, Chávez não possuía laços orgânicos com a esquerda sindical venezuelana, e na verdade sempre imperou entre ambos um estado de desconfiança mútua, que ora se traduziu pelo “apoio crítico” dessas correntes ao governo, ora por críticas mais abertas e contundentes. Ao longo do processo, quanto mais forte se mostrou a burguesia no terreno das disputas por hegemonia na sociedade civil, mas se reforçou o “argumento”, proclamado pelas correntes mais acrílicas ao governo, da necessária “unidade” das correntes bolivarianas, cerceando o debate sobre que tipo de transição ao socialismo se pretendia realizar. Assim, o avanço da oposição antichavista e do burocratismo no meio sindical-partidário bolivariano foram fenômenos que se retroalimentaram. Chávez, por sua vez, contribuiu para isso em seu segundo mandato, ao imaginar que poderia aproveitar o *momentum* das grandes derrotas da oposição²⁶ no período anterior para, através de uma inflexão centralizadora na cúpula do Estado, suplantar as contradições de seu campo e promover um aprofundamento acelerado do processo, modificando estruturas estatais e apontando para transformações nas relações produtivas.

Consideramos um equívoco supor, na análise dessa opção estratégica, que qualquer tipo de centralização política signifique *necessariamente* um retrocesso em um processo de transição ao socialismo. A nosso ver, conforme as condições concretas da luta política, a centralização pode se revelar necessária, ao menos em termos *táticos* – o próprio Lênin, diante de um quadro marcado pela guerra civil que sucedeu a tomada do poder pelos bolcheviques, defendeu uma centralização severa das decisões econômicas,

²⁶ No caso, a oposição vinha de derrotas políticas sucessivas nos anos anteriores: o contra-golpe de abril de 2002 (que reconduziu Chávez ao poder, após uma tentativa golpista da oposição); o Paro Patronal de 2002-2003 (derrotado pelo movimento operário venezuelano, através de um processo de ocupação de fábricas); a derrota do Referendo Revogatório (mecanismo previsto na Constituição Bolivariana, mediante o qual um governante pode ser destituído do poder depois de completado a metade de seu mandato) contra Chávez, em 2004; e as eleições de 2005, que deram ampla vitória ao chavismo.

com pouquíssima autonomia para as indústrias e as unidades de produção rurais. É certo que, no caso venezuelano, a centralização também se devia – ao menos em parte – aos traços personalistas de Chávez. O líder da Revolução Bolivariana era um homem de *ação*, de traçar planos e fazer cumpri-los (ele próprio admitia que não tinha muita paciência para o que caracterizava como “debates intermináveis” no campo da esquerda). Mas, ao mesmo tempo, Chávez era também um estudioso que debatia questões teóricas e práticas – não somente com seus ministros, como também com muitos intelectuais e lideranças políticas ao redor do mundo. Era ainda um leitor compulsivo, sendo muito perceptível o progresso de suas concepções políticas e teóricas ao longo do processo bolivariano. Além disso, embora fosse apresentado pela mídia como o estereótipo do *caudillo* que não aceita contestações, na verdade também soube admitir publicamente vários de seus erros, de uma forma que a imensa maioria dos grandes líderes políticos jamais ousa fazer. Para a maioria da militância bolivariana (seja ela mais ou menos crítica) o compromisso de Chávez com o processo revolucionário era autêntico, e sem dúvida ele foi o governante venezuelano que mais dialogou com os movimentos sociais, e que mais deu abertura para a participação dos trabalhadores nas políticas de Estado. Neste sentido, Chávez estimulou e, mais ainda, *participou ativamente* do processo de reconhecimento dos trabalhadores venezuelanos não somente como *classe em si*, como também como *classe para si* (os termos empregados podem não ter sido esses, mas o resultado foi o mesmo). Sob este ponto de vista, e apesar das imprecisões, improvisos e mesmo das incoerências de seu discurso, o “Comandante” cumpriu um papel positivo, e não por acaso passou a ser *identificado com o próprio processo de conscientização*.

Por tudo isso, muitos militantes da esquerda chavista consideraram que a inflexão centralizadora proposta por Chávez em seu segundo mandato, porquanto guardasse riscos, era uma estratégia correta *diante das circunstâncias*. É claro que havia outros setores do chavismo que apoiavam a centralização por motivos muito diferentes; mas Chávez serviria como salvaguarda, mantendo a orientação do processo no sentido do socialismo, por maiores que fossem suas idas e vindas. Contudo, o que ocorreu na prática foi que essa linha estratégica levou o conjunto do governo bolivariano (incluindo os governos locais, a burocracia em seus diversos níveis, etc) a *tutelar* as formas organizativas dos trabalhadores, retirando delas sua iniciativa e atentando contra a bandeira da *democracia participativa e protagônica*, que constituía um dos pilares fundamentais do discurso e da legitimidade da Revolução Bolivariana. Ao final, quem

se beneficiou da inflexão centralizadora, nas condições em que ela se deu, foram os setores do chavismo que, porquanto se declarassem revolucionários, defendiam um “socialismo” verticalizado, baseado no controle dos meios de produção não pelos trabalhadores, mas pela burocracia de Estado. Tal fato comprometeu os esforços na *guerra de posições* que se travava na sociedade civil, abrindo espaço para que a burguesia gradualmente *recuperasse o terreno perdido* – o que ficou explícito já na vitória no referendo constitucional de 2007, e posteriormente confirmado nas eleições que se seguiram, marcadas pelo fortalecimento progressivo da oposição. O avanço do Estado petroleiro-rentista no controle dos meios de produção, através das políticas de estatizações e de controle da circulação de mercadorias essenciais, deu apenas uma *falsa impressão* de que o processo bolivariano estava se aprofundando; na verdade, o que ocorria era o fortalecimento da oposição de direita (na sociedade civil) e dos setores que apoiavam-se em Chávez para ocupar o *lugar da produção* representado pela “fração burguesa de Estado” – que, inclusive, acabou fortalecida, na medida em que mais e mais empresas foram estatizadas e entregues ao controle desses setores. A morte de Chávez trouxe novas e gravíssimas contradições, fortalecendo uma tendência de aprofundamento do capitalismo dependente venezuelano, com a reprodução ampliada do *saqueio* das riquezas naturais do país em benefício de grandes conglomerados estrangeiros associados à frações burguesas locais, dentro e fora do Estado.

As dificuldades que se apresentam na nova conjuntura, porém, serão enfrentadas por uma classe trabalhadora que, ao longo do processo bolivariano, realizou enormes avanços organizativos e subjetivos, além de importantes conquistas em termos de direitos democráticos e sociais. O processo bolivariano, malgrado todas as suas contradições, foi capaz de realizações históricas notáveis. Talvez a maior delas tenha sido a constituição de uma forte coesão política *de tipo classista* entre diferentes grupos sociais subalternos (camponeses, operários, trabalhadores precarizados, indígenas, funcionários públicos, militares de baixa patente, etc), que se unificaram em torno da identificação com a ideologia bolivariana. Como lembra E. P. Thompson (1987: 10), a identidade de classe entre os trabalhadores não é consequência inevitável e mecânica das relações de produção (ainda que elas determinem a *experiência de classe* e expressem mais claramente a subordinação do trabalho a uma lógica que lhe é exterior, estranhada, isto é, a lógica do capital). A consciência de tipo classista, capaz de unificar as diferentes frações da classe trabalhadora, não surge como mero *reflexo* da estrutura econômica, mas sim é *construída* pelos trabalhadores, em um *processo* que parte de

elementos culturais preexistentes e, ao mesmo tempo, da experiência social concreta do trabalho. Em outras palavras, nem a consciência de tipo classista e muito menos a construção das condições para a superação da condição de classe (o socialismo) advém por mero fatalismo; trata-se de uma *possibilidade*, a ser concretizada (ou não) pelos trabalhadores, a partir das condições concretas de sua existência. É neste sentido que o processo bolivariano deixou uma marca indelével na história recente do país, trazendo de volta ao cenário político a questão da luta de classes e do socialismo como objetivo histórico dos trabalhadores. Este feito, por si só, é uma realização impressionante, se levarmos em consideração o atual momento histórico de fragmentação da classe trabalhadora e de desagregação de suas lutas em pautas cada vez mais específicas.

Ao contrário do que ocorreu em boa parte do mundo, na Venezuela a questão da luta de classes, no nível subjetivo, não esmoreceu ou se eclipsou por trás da emergência de outros conflitos também existentes na sociedade (como os conflitos de gênero, raça, orientação sexual, a luta ambientalista, etc). Ao contrário, foram esses conflitos que passaram a ser enxergados a partir de uma perspectiva classista. Vale lembrar que, na virada do século, foram muitos os países em que ocorreram movimentos massivos *de tipo insurrecional* (ou “de rua”) contra o neoliberalismo – tais como o *Caracazo*, que iniciou o processo bolivariano. Mas esses tipos de movimentos geralmente não consubstanciaram ameaças reais ao sistema capitalista, mesmo quando envolveram milhares e mesmo milhões de pessoas (caso da Primavera Árabe, dos movimentos de massa na Grécia, na Turquia, na Espanha, no Brasil, na Argentina, etc). É claro que nada impede que nestes países venham a se conformar, num futuro mais ou menos próximo, projetos contra-hegemônicos mais consistentes; mas, até o momento, por vias *de tipo insurrecional*, a hegemonia do capital e do neoliberalismo não foi seriamente abalada em nenhuma parte, a não ser na Venezuela (e também em outros países mais ou menos inspirados na experiência venezuelana, como a Bolívia).

Neste sentido, a grande herança deixada pela Revolução Bolivariana foi a forma como as insurreições e protestos massivos de rua, apesar de seu caráter “anárquico” e multifacetado, resultaram na massificação de uma consciência de tipo classista entre os trabalhadores, e na recuperação em larga escala da bandeira do socialismo. Será a partir dessa conquista que os trabalhadores venezuelanos poderão confrontar-se com as novas contradições surgidas com o desaparecimento de Chávez. Sem seu principal líder, o heterogêneo campo bolivariano fragmentou-se: enquanto alguns grupos disputam posições no Estado, sem haver um projeto estratégico claro que os unifique (a não ser a

própria manutenção do conjunto desses grupos no poder), os movimentos sociais e a esquerda bolivariana em geral estão cada vez mais alijados das decisões governamentais. A oposição de direita ensaia um retorno ao poder pela via eleitoral; mas, ao mesmo tempo, o legado chavista se mantém como bandeira de luta, assim como a defesa do socialismo (ainda que esteja por se realizar um debate mais profundo e amplo sobre o modelo de transição). O fato é que os trabalhadores venezuelanos, por mais que desejem ver solucionados os problemas econômicos imediatos, dificilmente aceitarão retrocessos nos direitos conquistados desde 1999. Urge recuperar a organização protagônica pela base, tanto contra a direita tradicional quanto contra os setores burocráticos, de modo a impedir que a profunda crise social dissolva a *solidariedade de classe* entre os trabalhadores – que é, sem dúvidas, a maior conquista da Revolução Bolivariana. É claro que muitas questões permanecem em aberto, e a conjuntura atual da Venezuela demanda que se avaliem criticamente os equívocos cometidos ao longo do processo. Mas, para aqueles engajados na construção de uma sociedade emancipada, o exemplo dos trabalhadores venezuelanos, em sua luta no campo e nas cidades, no interior do Estado e nas ruas, nas favelas e nas fábricas, constitui um importantíssimo legado.

BIBLIOGRAFIA CITADA:

- ARAÚJO, Rafael Pinheiro. *Por uma análise comparativa dos hodiernos processos políticos da Bolívia e Venezuela liderados respectivamente pelos mandatários Evo Morales e Hugo Chávez.* 2008. Disponível em: http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213034609_ARQUIVO_ArtigoAnpuh.pdf (acesso em 15/07/2017).
- BATTAGLINI, Oscar. *Ascenso y caída del puntofijismo.* Caracas: Editorial Galac, 2011
- CORONIL, Fernando. *El estado mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela.* Caracas: Editorial Alpha, 2013.
- DEMIER Felipe, *A natureza do governo Chávez: uma contribuição teórica para o debate .O culto da esquerda a Chávez vs uma análise marxista sobre seu governo.* 2007 http://www.soberania.org/Articulos/articulo_3085.htm (acesso em 15/07/2017)
- DENIS, Roland. *Los fabricantes de la rebelión. Movimiento popular, chavismo y sociedad en los anos noventa.* Caracas, Editorial Primera Línea y Editorial Nuevo Sur, 2001.
- ELLNER, Steve. *El Fenómeno Chávez – sus orígenes y su impacto (hasta 2013).* 2 ed. Caracas: Fundación Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Galégo, 2014.
- FERREIRA, Carla. *A classe trabalhadora no Processo Bolivariano da Venezuela. Contradições e conflitos do capitalismo dependente petroleiro-rentista (1989-2010).* Tese de doutorado em História, IFCH-PPGHISTUFRGS.Porto Alegre, 2012
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

- ITURBE, Alejandro. *O que é o governo Chávez?* São Paulo. Marxismo Vivo,15, 2007
- LANDER, Edgardo. Petróleo e democracia na Venezuela: do fortalecimento do Estado à subversão soterrada e à insurreição aberta IN: OURIQUES, Nildo (org). *Raízes do Libertador – bolivarianismo e poder popular na Venezuela*, 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.
- LBI -QI , *Chávez aprofunda bonapartismo para enfrentar polarização política e social* n.189 out.2010 <http://www.lbiqi.org/jornal-luta-operaria/no-189-fevereiro-2010/chavez-aprofunda-bonapartismo-para-enfrentar-polarizacao-politica-e-social/> (acesso em 15/07/2017)
- LOPEZ-MAYA, Margarita. Luta hegemônica na Venezuela: a crise do puntofijismo e a ascensão de Hugo Chávez, trad. Flávia Benedito (do original *Del Viernes Negro al Referendo Revocatorio*. 2ª ed. Caracas: Alfadil, 2005) versão ebook, 2009
- MATTOS, Marcelo Badaró, “Qualificando a intervenção: conceitos de Gramsci, análise histórica da sociedade brasileira e projeto político socialista”, in *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*, Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2009.
- MARINGONI, Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. Coleção Revoluções do Século 20. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*, São Paulo: Graal, 2000
- PSTU, Chávez dá um giro a direita, 2008. Disponível em: http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=7962&ida=0 (acesso em 15/07/2017)
- RANGEL, Domingo Alberto. *La oligarquía del dinero*. 3 ed., v. 3, Caracas: Editorial Fuentes, 1972.
- ROSA, Flávia Bischain. *O movimento operário na Venezuela do século XXI: dilemas da reorganização sob o governo Chávez*. São Paulo: Sundermann, 2014
- SALAS, Miguel Tinker. *Una herencia que perdura; petróleo, cultura y sociedad en Venezuela*. Caracas: Editorial Galac, 2014.
- SEABRA, Raphael Lana. *A via venezuelana ao socialismo*, Curitiba: CRV, 2014.
- SWEEZY, Paul; BETTELHEIM, Charles. *A transição para o socialismo*, Lisboa: Edições 70, 1978
- TROTSKY, León. *Escritos Latino-Americanos*, São Paulo, Iskra, 2009.
- ZAVALA, Domingo M. et. al. *Venezuela y PDVSA*. Caracas: Cátedra J. P. Pérez Alfonso – Universidad Central de Venezuela, 2003.